

43º Encontro Anual da ANPOCS

SPG27 Sexualidade e gênero: disputas em torno de sujeitos, estado e direitos

“Assédio sexual público”, quem está falando? A dinâmica racial nas experiências das mulheres periféricas em trânsito

Bruna dos Santos Galicho

1. Introdução

Este trabalho se propõe a trazer algumas reflexões da pesquisa que está em desenvolvimento no mestrado. Procurarei expor minha argumentação acerca do “assédio sexual” praticado no espaço público e as experiências das mulheres periféricas, além de outras moralidades trazidas por elas, articulando corpo, sexualidade, território, relações raciais, de classe e de gênero. Ressalto que ao falar sobre o “assédio sexual” praticado no espaço público, o estou situando em uma temática mais ampla, que tem como objeto empírico as mulheres periféricas e seus deslocamentos. Desse modo, compreendo tanto o “assédio sexual” como os deslocamentos dessas mulheres como lugar de *experiência*, sendo o primeiro um intervalo, ora frequente, ora constante e ora ausente, mas sempre contido no segundo.

Dialogando com a crítica elaborada por Scott (1998), esta pesquisa pretende dar lugar à experiência dos sujeitos não como veículo para chegar a uma suposta identidade ou realidade – de negritude, de periferia, de mulher ou de sexualidade – verdadeira, mas do modo como concebe Avtar Brah (2006).

De fato, “experiência” é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos “realidade”. Donde a necessidade de re-enfatizar uma noção de experiência não como diretriz imediata para a “verdade”, mas como uma prática de atribuir sentido, tanto simbólica como narrativamente: como uma luta sobre condições materiais e significado (Brah, 2006, p. 360).

Dizer que a experiência é um processo de significação nos leva ao entendimento da autora sobre a constituição do sujeito. Ele é formado na experiência, à medida que é nas relações socioeconômicas e culturais que o sujeito adquire significado, ao mesmo tempo em que ele dá sentido a essas relações. Para Brah (2006), as histórias coletivas também são construídas nas relações, porém, a subjetividade não pode ser concebida como ponte de leitura para a identidade ou o contrário. Isto significa que os sentidos atribuídos à determinada experiência serão diferentes para cada sujeito e, a partir dela, os sujeitos irão adquirir diferentes significados. Nesse sentido, pensar a *diferença como experiência* implica em pensar as experiências das mulheres periféricas de maneira plural, considerando não somente a raça ou o gênero, mas uma *míriade de processos* que se entrecruzam em certo espaço nas experiências que formaram trajetórias diversas e que interferem nos modos de dar sentido ao “assédio”. Ao mesmo tempo, implica pensar

também nas experiências de “assédio” como lugar de adquirir e dar sentido ao gênero, à raça, à classe e à sexualidade.

A inquietação e incômodo diante das constantes interpelações masculinas – em sua maioria – feitas às mulheres ao deslocarem-se pela cidade, motivaram-me a pesquisar sobre o “assédio sexual” no espaço público. Acrescenta-se a isso, o medo, muitas vezes constante, da ameaça de que alguma “violência” possa acontecer, muitas vezes utilizado como razão para não acessar determinados espaços em certos horários, por exemplo. Por outro lado, conversas informais e experiências pessoais trouxeram à tona um tipo específico de interpelação, que não mobiliza apenas o gênero e a sexualidade, mas também cor, articulando narrativas raciais ambíguas. Nesse sentido, pareceu-me oportuno investigar outras experiências num momento em que a categoria “assédio” ganhou grande visibilidade por conta principalmente dos movimentos articulados nas redes sociais.

As reflexões expostas aqui têm como ponto de partida os objetivos de investigar: i) como as mulheres periféricas da cidade de São Paulo nomeiam e significam as práticas que vêm sendo reivindicadas como “assédio” por alguns movimentos feministas e pelo poder público; ii) em que medida o “assédio sexual” no espaço público pode ser um mecanismo de controle dos corpos femininos ao acesso à cidade e à cidadania; iii) de que modo o “assédio sexual” no espaço público pode ser uma experiência racializadora e colaborar para a elaboração de uma percepção racial sobre si; iv) experiências de deslocamentos e outros atravessamentos cotidianos.

2. Método

Os dados que irei mobilizar nas seções seguintes resultaram de diversas inserções. A primeira delas é a pesquisa *Women & Public Space Project*, orientada pelo antropólogo norte-americano Charles Klein, que tem como objetivo investigar o “assédio sexual” no espaço público em perspectiva comparada entre as cidades de Portland¹ e São Paulo. Emily Doll, 20 anos, norte-americana, é aluna de Charles em Portland e escolheu o tema para o desenvolvimento de sua Iniciação Científica. Por já ter inserção na cidade de São Paulo e, principalmente na periferia da zona sul, o professor Charles Klein decidiu que a comparação teria como lócus privilegiado essa parte do território de São Paulo. Minha

¹ Essa interlocução foi beneficiada pelo acordo de cooperação internacional estabelecido entre a Universidade de Portland, coordenado pelo professor Charles Klein e a FFLCH/USP, coordenado pela professora Laura Moutinho.

pesquisa se aproxima da conduzida por Emily, que não tinha domínio do idioma. Além disso, meu conhecimento do território e meu interesse pelo tema, que já estava desenhado no projeto de mestrado, contribuíram para esta aproximação. Sou responsável pela coleta de dados em São Paulo, acompanhei Emily em algumas observações etnográficas no metrô (linhas 3-vermelha e 5-lilás) e na CPTM (linha 9-esmeralda), realizei entrevistas em profundidade com: três mulheres feministas e militantes, duas delas moradoras da periferia da zona sul e uma moradora da região central; quatro mulheres não militantes, três moradoras da periferia da zona sul e uma moradora da região central; uma conversa coletiva com uma turma do curso de psicologia (43 mulheres e 3 homens) de uma universidade privada localizada na periferia da zona sul de São Paulo. Todas essas atividades são partes da pesquisa *Women & Public Space Project*. Há também um *survey* sendo realizado, mas que não integra este relatório. As entrevistas individuais foram realizadas nas residências das entrevistadas, cujo contato foi estabelecido pela pesquisadora Milena, quem já trabalha com o professor Charles Klein em outras pesquisas, possui entrada no território e acompanhou algumas das atividades no campo. Milena acompanhou-me na entrevista de Renata e na conversa coletiva – ambas apresentadas na terceira seção. Emily acompanhou-me em três entrevistas e na conversa coletiva, porém não participou fazendo intervenções, apenas ouvia e no final das conversas eu explicava para ela em inglês o que havia sido dito, ao que ela fazia algumas anotações – as quais não tive acesso. Os critérios para escolha das mulheres, além da associação ou desassociação com militância, foi a diversidade dos corpos, no que diz respeito à forma e à cor. Diante desses dados – os quais me foram concedidos para utilização na pesquisa de mestrado – filtrei as entrevistas de interlocutoras periféricas cujas falas me ajudaram a pensar nas dinâmicas raciais do território, dos trânsitos e dos corpos nas experiências do “assédio”, objetivos específicos da pesquisa *Mulheres periféricas: deslocamentos cotidianos*. Diferente das entrevistas em profundidade em que o “assédio” apareceu assim nomeado em minha própria apresentação sobre o objetivo da conversa, na discussão coletiva procurei escutar os próprios modos de nomear das e dos estudantes, não trazendo o texto de modo antecipado.

A segunda fonte é a etnografia, sendo que uma parte da experiência etnográfica vem de conversas informais encetadas nos meus próprios trânsitos e no esforço de reflexão das minhas próprias experiências, uma vez que me considero parte do trabalho de campo. Outra parte está sendo realizada tendo como foco o acompanhamento dos trajetos

cotidianos – a princípio de casa para o trabalho – de oito mulheres moradoras de três bairros da periferia da zona sul de São Paulo: Jardim Ibirapuera, Americanópolis e Grajaú. Essas mulheres têm idade entre 25 e 40 anos trabalham em diversas localidades da cidade. Até o momento da escrita deste trabalho, acompanhei uma vez o trajeto da metade das mulheres. No caminho, conversamos sobre assuntos cotidianos e sobre o percurso de cada uma delas. A partir da descrição desses percursos e das conversas informais que se deram durante os trajetos, sublinhei alguns pontos para conversarmos num segundo dia de acompanhamento. As perguntas e hipóteses formuladas até aqui sugerem os caminhos para onde o campo tem me levado e não pretende apresentar conclusões, já que a pesquisa ainda está em desenvolvimento.

3. Sentidos de “violência” e jeitos de nomear

Almeida (2006) destaca que a violência sexual tem sido problematizada e nomeada de maneira específica por uma “nova onda” feminista, protagonizada por jovens mulheres. A temática é desmembrada em várias demandas e denúncias: “marcha das vadias”, que reivindica o direito de caminhar nas ruas vestindo a roupa que se tem vontade e o direito ao prazer sexual; #MeuPrimeiroAssédio que denunciou o abuso sexual infantil; #ChegaDeFiu-fiu que denuncia uma importunação corriqueira do corpo das mulheres ao circularem no espaço público. Assim, o tema da violência sexual – sob o slogan “o pessoal é político” – é retomado agora privilegiando o espaço público. No entanto, se por um lado há o destaque da produção de uma nova categoria: “assédio”, por outro lado, Almeida (2006) descortina parte da controvérsia a que essas reivindicações se inserem: ainda não há consenso sobre os significados de violência.

Ademais, uma das hipóteses que pude construir com base no trabalho etnográfico e na conversa em salas de aula com homens e mulheres estudantes de uma universidade periférica, cujas falas serão contextualizadas adiante, é de que essa gramática moral produzida nas campanhas não é amplamente compartilhada. Embora esteja ganhando cada vez mais visibilidade, não só nas mídias sociais, mas também em campanhas organizadas pelo poder público, as mulheres podem falar por uma hora ou mais sobre importunações ao circularem pelo espaço público sem utilizarem o termo “assédio”. Elas utilizam com mais frequência termos como “abuso”, “desrespeito”, “incômodo”, trazendo diversos contextos em que se sentiram “abusadas”, “desrespeitadas” ou “incomodadas”.

No texto, com o intuito de diferenciar a categoria e a gramática que vem sendo produzida nos meios já citados e as situações narradas pelas mulheres, chamarei a primeira de *assédio-hashtag* ou de “assédio” do tipo fiu-fiu e as segundas de práticas assediadas.

Renata, quem entrevistei individualmente para a pesquisa *Women & Public Space Project*, tem 37 anos, mora com o marido e dois filhos em uma casa conjugada no Parque Arariba, periferia da zona sul de São Paulo. Renata é alta, tem o corpo largo, principalmente na altura do quadril. Não classifico Renata como uma pessoa gorda², mas acredito que para determinado padrão de corpo, talvez ela possa ser vista dessa maneira. Seus cabelos são curtos na altura do ombro, lisos e coloridos na cor loira. Renata se classifica como branca, porém, eu a vejo como uma pessoa parda-clara. A entrevista foi feita na casa dela, no período da tarde e foi uma conversa longa. Renata gosta de falar e se engajou muito com o tema, contextualizando suas opiniões e fatos de sua vida em sua trajetória. Ela me foi apresentada por Milena, que já a conhecia e me disse que ela seria uma boa pessoa começar a pesquisa, pois tinha um corpo que chamava muito a atenção dos homens e ela gostava muito de sair para ir ao samba. Ou seja, tinha um perfil supostamente bastante “assediável”. De fato, quando falei que conversaríamos sobre circulação das mulheres no espaço público e sobre “assédio”, Renata não esperou eu ligar o gravador para fazer a primeira pergunta, foi logo dizendo que achava a entrevista muito importante, porque as mulheres precisam ter um espaço para falar sobre *isso*.

A categoria “respeito” foi mobilizada diversas vezes por Renata. Ora o “abuso” aparecia como sinônimo de “desrespeito” ou de “faltar com respeito”, ora ela mobilizava a categoria para dizer como ela mesma se sentia: “desrespeitada”. Chamou-me a atenção como a categoria vinha frequentemente carregada de uma moralidade religiosa, associada por exemplo a “não ter amor ao próximo”.

Esqueci de falar disso... eu grávida, o povo falava, me chamavam de gostosa na rua. Nem o meu filho o povo respeitava dentro da barriga. Então, a gente vive num mundo... não sei vocês... que eu acredito que a mulher, ela é cantada, é abusada, as pessoas falam umas coisas.

O filho, agora adolescente, novamente aparece em sua narrativa:

² Um fato curioso sobre Renata é que ela menciona algumas vezes que seu corpo era bem diferente de quando a entrevistei. Quando fui buscar fotos de Renata no perfil de sua rede social, só encontrei fotos mais antigas, supostamente do período em que estava mais magra.

Mas se for pra eu sair sozinha, é assim ó, do jeito que vocês tão me vendo pra não marcar o corpo, pra não ter que ouvir piada na rua. Porque eu estou com um filho de quinze anos. Meu filho outro dia discutiu com um cara na rua. A gente tava subindo pra ir na academia e o cara passou me chamando de gostosa. Aí ele virou e falou: “gostosa não, você respeita que é minha mãe!” Entende?

A narrativa de Renata demonstra a ideia de que o “abuso” é mais grave quando ocorre na presença de alguém da família, que pode ser o filho ou o marido. Quando ela está sozinha, ela é desrespeitada como mulher. Porém, quando o filho está junto, o desrespeito é com uma mulher que é mãe. Contando outro episódio, quando estava em uma balada de samba junto com o seu marido e alguém puxou seu braço na porta do banheiro, a lógica pareceu similar desta vez na resposta do marido: “ela é casada, ela tá comigo. Respeita”. Dessa maneira, o respeito é mobilizado pelo marido para o seu próprio corpo ali presente e para a instituição familiar, evocada pela situação conjugal de Renata enquanto esposa. Essa ideia pode ser pensada quando diversas vezes alguém responde a um “assédio” com frases do tipo: “não tem mãe/mulher em casa?”. De outro modo, quando a resposta é de indignação porque a pessoa interpelada é uma menina muito jovem, o que se ouve é: “não tem filha em casa?”. A menção a essas situações demonstra como a produção de um sujeito feminino pode ser reforçado nos papéis de “mãe” e “esposa”, evidenciada pela presença do outro ao qual esses papéis são relacionados.

A fim de tentar apreender os modos de circular pelo espaço público, que tipo de práticas de interpelação as mulheres classificam como assediantes e como as nomeiam, realizamos uma conversa coletiva – no âmbito da pesquisa já referida – em uma universidade particular, cujo campus está localizado na periferia da zona sul de São Paulo. A conversa foi feita junto a uma turma de psicologia do curso noturno e foi intermediada por mim, pela pesquisadora Milena e pela professora da turma, Andréa, que fez algumas intervenções como mediadora e outras com depoimentos pessoais.

As perguntas disparadoras foram: “quais as diferenças entre homens e mulheres para a circulação na cidade?”; “Em quais lugares as mulheres vão e a quais lugares os homens vão, por exemplo?”; “Que tipo de questões envolvem a circulação de vocês?”. Com o intuito de não trazer a categoria “assédio” ou qualquer sentido de violência previamente, optamos por sugerir a discussão sobre circulação no espaço público, no entanto, demarcada a partir das diferenças de gênero, imaginando que possíveis práticas de interpelação poderiam emergir dessas experiências de transitar.

Discutimos por aproximadamente uma hora e vinte em uma sala grande, com 43 alunas e 3 alunos. Segundo a minha percepção, a maioria dos alunos e alunas eram pardos, claros ou escuros. Algumas pessoas eram negras e outras de pele mais clara, quase branca, mas com *estilo* de classe periférico. As idades eram bem variadas, algumas pessoas aparentavam ser mais jovens, na casa dos 20 anos, a maioria aparentava estar na casa dos 30 e algumas na casa dos 40.

De maneira geral, a tônica da discussão sobre circular na cidade a partir das diferenças entre homens e mulheres seguiu com elas partilhando experiências e opiniões sobre sentidos de: “importunação”, “incômodo”, “abuso” e, finalmente, “violência”, assim nomeada. Grande parte dessas experiências e opiniões diziam respeito a práticas que podem ser enquadradas pelos sentidos produzidos pelo “assédio-hashtag”. Foram muitas as qualificações e explicações sobre aquilo que atinge a “intimidade”. “Mas eu penso que uma coisa é você olhar assim, de uma forma normal como você olha pra qualquer pessoa. Tem homem que olha, justamente nesse ponto que a gente tá falando”, disse uma delas na tentativa de explicitar como é esse olhar que incomoda, “nesse ponto”, difícil de nomear. Ao que outra completou dizendo que jeito de olhar é esse tão específico: “cobiçando”, “parece que ele tá tirando a sua roupa com os olhos”. Elas pareciam estar respondendo às colocações anteriores de um dos rapazes, como se ele estivesse representando aqueles que olham: “Então é nesse sentido que a gente tá falando, da forma como é construído socialmente essa questão de o homem olhar e não ter problema nenhum nisso, porque você tá só olhando”. Nessa fala, elas evidenciam novamente o aspecto banal e naturalizado desse olhar, porque “tá só olhando” e, portanto, para a maioria das pessoas, olhar não é passível de ferir a outra pessoa. Mas para aquelas que se manifestavam naquele momento, olhar já “mexe muito” e “quando o cara ainda coloca a mão, ele já tem uma atitude de abuso. Então, o abuso ele é muito cruel porque ele não respeita o seu limite. A gente tem um, né?” Nessa fala, a ideia do “assédio” volta a ser opaca. Afinal, ela está no “mexe muito” ou na “atitude de abuso”? Em que parte do corpo que se “coloca a mão” é “abuso”? Esse limite é fixo ou cada um tem o seu? Essa mesma estudante continua a expor sua opinião a partir de uma situação em que ela presenciou um homem “se aproveitando” de uma garota no transporte:

Quando a gente expõe alguém que tá sendo... esse cara, ele tá **se aproveitando**. A menina não tava vendo, ela tava pro outro lado. Então, ele tava **se aproveitando do lugar e das pessoas**. E quando ele viu que tinha alguém olhando, ele mudou **a atitude dele**. Então, quando a gente coloca **essa situação**,

a gente fala disso, então expõe alguém, **o que tem dentro da pessoa realmente**. (Grifo meu)

Aqui é difícil encontrar uma nomeação para “essa situação” que aconteceu no ônibus. Ao mesmo tempo, a palavra escolhida por ela, “se aproveitando”, pode se referir tanto ao corpo da menina, quanto da situação “do lugar e das pessoas”. A ideia de que a “a ocasião faz o ladrão”. Nesse sentido, o ônibus lotado é um lugar propício para qualquer pessoa ter esse tipo de “atitude”. Por outro lado, é preciso expor essa pessoa com essa atitude moralmente errada. Ele era um senhor “se aproveitando” de “mocinhas”. A exposição veio por meio de outro olhar também fixo e desconcertante dela e do passageiro ao seu lado em direção ao senhor. Ao expor, vem à tona não a atitude, mas “o que tem dentro da pessoa realmente”.

Quando estávamos nos aproximando do tempo final da discussão, pedi que definissem o termo, perguntando, afinal, o que era assédio? A citação seguinte traz a primeira explicação que ouvi a partir desta pergunta.

Eu acho **essa sensação** mesmo. É **uma coisa interna, subjetiva**. É como você se coloca em relação ao que outro tá trazendo pra você. Que nem, quando ela fala que ela se sente despida, ela se sente assediada, na minha percepção.

Considero essa citação emblemática e elucidativa, porque localiza primeiro a subjetividade do sujeito que “sente”. É como se o “assédio” não fosse um ato, mas a “sensação” de se sentir assediada e, portanto, subjetiva. Ao mesmo tempo, localiza a relação com o outro que, no entanto, novamente é tornado opaco junto ao ato, uma vez que ele por si só não pode ser caracterizado como violência, depende de como a pessoa “se coloca em relação ao que outro tá trazendo pra você”.

Mais uma vez, perguntei se era necessário encostar para haver essa “sensação” de ser assediada. Pareceu-me difícil caracterizar o tipo do toque que é considerado assédio, pois mesmo quando há contato físico, depende de como o sujeito que está sendo tocado se sente. Uma aluna explicou que o que se sente é a “intenção” da outra pessoa ao tocar. “Você sabe que não tá simplesmente tocando por tocar pra falar com você”. Parece haver códigos de “intimidade” e “liberdade” que permeiam e definem os modos de “sentir” e de “se colocar” em relação a essas “atitudes”. No entanto, outra dificuldade parece estar na ideia de que esses códigos são sociais e ao mesmo tempo subjetivos, porque tem pessoas “que não gostam de serem tocadas”.

4. Espaço público, espaços e territórios racializados

Modos de circular e de não circular

- *Essa que é a sua filha? Que moçona! Fazia tempo não via ela por aqui... bonita ela.*
- *Ah, ela está fazendo faculdade. Estuda muito.*
- *Sei. Não quero saber desses negócios de faculdade pra minha filha não.*
- *Por quê? Estudar é bom.*
- *É muito bom, mas é pra filha dos outros. Minha filha tem que trabalhar.*
- *Ela também trabalha. Ela estuda à noite.*
- *Nunca que filha minha vai estudar à noite. Isso não é hora de moça tá na rua. Depois Deus me livre um homem pega ela e faz maldade na rua, quem é que vai fazer alguma coisa por ela?*
(Anotação do caderno de campo)

Para mim, assim como para a maioria das mulheres, o “assédio” é um problema. Tenho medo, pondero minhas escolhas de horários, itinerários e vestimenta tendo a possibilidade do “assédio” como um dos fatores para tomar decisão. Seja o fiu-fiu, seja o que insiste depois do primeiro não, mas aqui refiro-me principalmente ao primeiro tipo. No entanto, avalio que há uma margem de escolha e de manobra que dependem de condições e de haver outras opções. Em algumas circunstâncias eu pude escolher outra rua menos escura, não tomar determinado ônibus, ou não ir. Houve, ainda, circunstâncias em que, mesmo com outras opções, eu escolhi correr algum risco.

Existe uma perspectiva do campo que sugere a ameaça do “assédio” como mecanismo de controle do corpo feminino. Nesse sentido, minha proposta é questionar quais mulheres deixam de fazer o que em quais circunstâncias por conta da interpelação ou da ameaça dela. Interessa-me aqui compreender como certa configuração de gênero pensada de modo interseccional (com raça, especialmente, mas também sexualidade, erotismo e classe) impõe experiências e limites às mulheres e articulando-os, como em Moutinho (2014) numa temporalidade específica dada pelos limites do espaço vivido.

A anotação de campo transcrita no início da seção é parte de uma conversa entre duas senhoras dentro da pastelaria, localizada no Grajaú, bairro da periferia da zona sul de São Paulo. Dona Maria – uma cliente – devia ter 60 anos na ocasião, tem a pele marrom escura, cabelos coloridos e alisados de henê. Dona Nilza – que trabalhava na pastelaria – devia estar chegando perto dos 60 anos, tinha a pele marrom um pouco mais acinzentada e o cabelo preto e encrespado. Não vi a filha de dona Nilza, porém não pude deixar de pensar em como suas condições sociais e medo da mãe a estavam protegendo da ameaça de violência sexual por um lado e, por outro, do acesso à educação e à cidade. Havíamos

crescido no mesmo bairro, porém eu pude contar com a ajuda familiar para me dedicar aos estudos e trabalhar pouco. O receio que minha mãe e eu sentíamos era reafirmado todos os dias em que eu era exposta ao “assédio”, à medida em que aumentava meu espaço de circulação para estudar em outra cidade da região metropolitana e trabalhar na região central. No entanto, Dona Nilza não parecia estar com medo da grande metrópole, cheia de multidões de desconhecidos, mas sim do nosso bairro “de sempre” e de todas as suas particularidades. De iluminação precária, das ruas vazias no período da noite, dos terrenos baldios, das praças mal cuidadas pela prefeitura e com a grama alta, da ausência ou policiamento insuficiente. Era nesse território esquecido que Dona Nilza estava pensando quando imaginou sua filha tendo que caminhar do ponto de ônibus até sua casa tarde da noite.

Assim, o “assédio” articulado com o marcador de classe pode revelar *outro* território que é mais propício a obscurecer a violência, não pelas multidões e sim pela ausência delas. Para além de pensar nas imposições do território articulado à ameaça de violência que pode fazer com que mulheres deixem de aceitar certo trabalho, fazer tal curso, ir naquele parque, alugar tal casa em determinada rua, cabe pensarmos em que medida elas podem negociar com esses riscos ao fazerem suas escolhas.

De modo geral, o tema das conversas e entrevista sempre foi a circulação no espaço público, mas aqui irei privilegiar os pontos que deslocam a temática de algo que circunda para tornar-se o centro da questão, com o objetivo de ressaltar diversidades, especificidades e entrelaçamentos das respostas que obtive. Saliento que as falas dessas mulheres, ao cruzarem circulação e uma experiência generificada, evidencia de onde elas falam, ou seja, seus territórios. Lugares onde vivem e por onde transitam. No que diz respeito à circulação que percorre diferentes espaços, busco também pensar em como esses lugares estão carregados de marcas de gênero, raça e classe e como essas marcas atravessam contextualmente os corpos dos sujeitos.

De volta ao registro nas entrevistas individuais, Renata – já descrita anteriormente – reside na periferia da zona sul e restringe sua circulação a espaços de sociabilidade já conhecidos ou “da ponte pra cá”, como ela mesma diz. É importante destacar que Renata e seu marido são um casal bem conhecido na região em que vivem e tem ampla circulação nos eventos de samba na periferia da zona sul. Nos lugares por onde tem hábito de frequentar, ela costuma ir com o marido ou sozinha, mas nunca para permanecer sozinha

e sim para encontrar amigos. Para ela as pessoas conhecidas não desrespeitam umas às outras e por se sentir muito insegura e com medo prefere não ir onde não conhece.

Eu moro numa periferia, então aqui pessoas de outros bairros vão achar que aqui também você corre esse risco. Mas aqui eu conheço, então acaba sendo diferente. (...) Pode acontecer com outras mulheres, mas comigo não. Talvez pelo conhecimento.

Para Renata, ser da área parece estar diretamente associado com a maneira como as pessoas se sentem. Quem é do território supostamente se sente mais segura com quem também é do território. Interessante como ela pondera que os mesmos homens que não oferecem “risco” para ela podem se comportar de outra forma com outras mulheres. Em outro momento, quando falava sobre um dia em que um “cara faltou com respeito”, referindo-se a ela com um palavreado chulo, disse:

Eu moro aqui. O infeliz acho que não mora aqui, porque também se mora... eu nem olhei pra cara dele, de tanta vergonha que eu fiquei.

Ao mesmo tempo, parece haver um código de ética e quem é da área supostamente não deveria “faltar com respeito” com quem também é dali. Já a vergonha relatada por ela pode ser em relação a ela mesma e em relação a outras pessoas do entorno, aquelas que ela conhece.

Silvia Aguião (2007) percorre a favela de Rio das Pedras no Rio de Janeiro junto a alguns dos *personagens* da *localidade* com objetivo de compreender representações sociais sobre (homos)sexualidade, cor/raça. Seu percurso etnográfico envolveu a circulação pela favela desenhada por dinâmicas de trânsito de determinados sujeitos, demonstrando como as falas eram tão relevantes quanto as recusas para compreender suas construções simbólicas de violência e raça/cor, por exemplo. No que diz respeito aos entrecruzamentos de diversos eixos sociais à violência, Aguião nos mostra como uma suposta ausência ou negação da violência, não implica num “território livre de poderes coercitivos” onde aos corpos é imposto um “mecanismo de continuidade de uma cidadania restrita, hierarquizada e fragmentada”, como nos diz Machado da Silva (2002, p.224, apud Aguião, 2007, p.56). Em Rio das Pedras nos é apresentada uma violência que, mesmo diluída pelo território, é experimentada de maneira diferenciada pelos *personagens* da *localidade* conforme são identificados ou “estigmatizados”, sendo que alguns espaços podem ser mais ou menos “confortáveis” ou seguros para sujeitos específicos. Por outro lado, ser “de fora” pode implicar em outra experiência de circulação aos espaços da favela, à medida em que não se tem acesso completo aos códigos locais de coerção e deslocamento, que em Rio das Pedras são organizados por gênero e orientação sexual. Partindo dessa perspectiva,

podemos refletir como as trajetórias não marcadas pela experiência do “assédio” não determinam necessariamente a ausência de controle por onde os corpos podem transitar com tranquilidade. Ao mesmo tempo, pertencer a *localidade* ou ser “de fora” pode significar diferentes percepções do território, assim como possibilidades diferentes de acesso, permeadas ou não pela violência.

Quando perguntei para Renata se costumava frequentar bairros fora da periferia, ela me contou que uma vez foi a um bar na Bela Vista, mas que não se sentiu bem. Ela novamente justificou sua sensação de segurança com a proximidade e relação de afeto com os lugares por onde sempre circulou:

Eu não gosto, pra falar a verdade. Não gosto de estar nesses lugares. Eu gosto de estar onde eu me sinto bem e eu não me sinto bem assim. Lugar que é outro padrão, diferente do meu. Então eu procuro não ir.

Depois da explicação transcrita acima, quando eu já iria fazer outra pergunta, Renata lembrou-se de um fato que aconteceu naquele bar que, segundo Renata, “não era uma adega da vida, não era uma periferia. É Bixiga, Bela Vista, outro padrão!”. O grupo de pessoas que frequenta o samba em sua região alugou uma van para chegar até o local. Naquele dia, Renata já estava na região central com seu marido e por isso chegaram mais cedo no local. Sentaram-se em uma mesa para dois e aguardavam seus amigos chegarem.

(...) mas você via que as pessoas que estavam lá, não era da periferia, não era como eu por exemplo, que nem os demais que estavam lá, que saíram do Arariba pra poder ir. Quando encostou a van, a moça que estava vendendo as coisas na barraca falou assim: “*essas pessoas todas vão vir pra cá?*” E fez uma cara assim... e eu por infelicidade, eu ouvi. Eu falei: “*por quê? Algum problema? Porque são eles que vão comprar na tua barraca, porque aqui o que eu tô vendo, não vende nada*”. Ela: “*não, é por aqui não costuma... sabe?*” Começou a justificar lá, mas mentira! Era porque era preto, porque era pobre, é da ponte pra cá, não conhecia, já fica aquela insegurança, *ai, mas são da periferia será que vão fazer e acontecer, será que tem alguém armado, porque isso e aquilo?*

A diferença de classe ou de “padrão” parece também passar certa insegurança, à medida em que não se sabe o que esperar, ou como será o tratamento. Para além da insegurança sobre algo que está suspenso no ar, naquela ocasião Renata experimentou preconceito que só não foi direto, porque ela chegou antes, não estava misturada aos seus e talvez por isso, pôde passar despercebida. Nessa perspectiva, os lugares onde vivem e por onde transitam emergem nas narrativas de deslocamento que marcam o corpo e o próprio território como racializado. Na fala de Renata, os corpos das “pessoas que estavam lá” são racializados por ela de modo que o território e a classe são mediadores, “não são da periferia”, são “as playboyzinhas”, não foram de van. Ao mesmo tempo, essas pessoas

colocadas em contraposição e diferenciadas “dos demais” e dela mesma. São esses que “saíram do Araraíba pra poder ir”, são os corpos que ela mesma identifica como “pretos”, “pobres” e os localiza no território: “da ponte pra cá”. Corpos que “não costumam” frequentar aquele espaço, racializado assim, pela dona da barraca – que não foi descrita por Renata – ao demonstrar insegurança e medo daquelas pessoas e por Renata, ao compará-lo com seu próprio bairro e região, dizendo que ali é “*outro* padrão”. Por último, talvez seja possível dizer que, além de emergir como um espaço racializado, ele pode ser um espaço *racializador*, pois recebe melhor pessoas brancas ou que não são pobres ou periféricas, harmonizando-as ao cenário e marca outras, diferenciando-as e fazendo com que elas “não se sintam bem”.

Achei engraçado como a ideia construída por ela mesma de que sua circulação é restrita, pois não está trabalhando, só circula de carro e vai a lugares próximos e conhecidos, a levaram a concluir que por isso ela não frequenta o espaço público.

Retornando à conversa coletiva realizada com estudantes do curso de psicologia, o conhecimento do território e das pessoas parece também ser importante para a sensação de segurança, inclusive para utilização do transporte coletivo. Quando iniciamos a conversa, o período noturno e o transporte vazio pouco movimentado apareceu na primeira fala como sendo um problema feminino.

Dependendo do horário, o tanto de gente que está dentro do ônibus, se está só o motorista dentro do ônibus, você não quer pegar o ônibus, só em último dos casos. Se está muito vazio você fica receosa. Se sente vulnerável.

Perguntei para essa aluna como era se sentir vulnerável, ao que a estudante que estava à sua frente respondeu “ixi, eu pego!”, demonstrando que para ela não haveria problema algum. As meninas brincaram com ela, dizendo que “do jeito que ela está”, capaz de dormir e acordar só no ponto final, onde não haveria mais nenhum passageiro além dela. Ela então comentou que é comum restar apenas ela e o motorista, uma vez que “mora no ponto final”. Perguntei a ela se conhecia os motoristas, já que mora próximo ao ponto final e ela me disse que não, porque “tem vários”. O ponto final parece tão distante para aquelas que estavam brincando com ela, que demonstrou não ver problema algum nem com a distância, nem com o vazio do ônibus, nem com o horário. Outra aluna deu uma resposta contrária sobre não conhecer os motoristas, dizendo que “sai fazendo amizade com todo mundo”. Ela disse que todo mundo a conhece, porque pega sempre no mesmo horário.

Desse modo, “fazer amizade” com as pessoas que estão trabalhando no espaço público parece funcionar como mecanismo de proteção.

Renata, aquela que entrevistei individualmente, contou-me que não sai de casa à noite sozinha e que no momento da entrevista não dependia do transporte público – ela não está trabalhando fora e tinha carro próprio. A fala de Renata me fez pensar em como ir, não ir a determinados locais ou ir com “receio” e sentindo-se “vulnerável” também está condicionado a certas condições materiais – ter uma carro para parar próximo ao local, por exemplo – e também na possibilidade de ter alguém – de preferência do sexo masculino – que se disponha a te buscar. Essas condições não são garantias, mas podem atenuar sensações desagradáveis e aumentar as possibilidades de acesso. No entanto, pondero que essas condições não são fixas e nem têm o mesmo peso para todas elas. Pensando nisso, na conversa coletiva, perguntei se elas deixavam de sair à noite. Sair desacompanhada não parece ser considerado como possibilidade. “Só saio acompanhada. Principalmente aqui na região do Campo Limpo, é muito perigoso. E olha que eu moro aqui quarenta e três anos, mas não saio sozinha à noite”. Perguntei quais poderiam ser os perigos e elas citaram alguns: “roubo, violência, no caso de ser estuprada. E olha que eu moro do lado de uma comunidade”. O conhecimento do território que funciona muito bem durante o dia passa a ter outras regras durante a noite, principalmente quando se circula desacompanhada.

Assim como a multidão – mesmo a luz do dia – a noite parece não só encobrir, mas também favorecer a violência. O território também pode ser um fator ativo para propiciar determinadas condições. “Eu trabalhei durante 4 anos e via muitas coisas acontecerem assim. Eu pegava o ônibus 5h da manhã e a gente sai em pânico de casa”. Nesse sentido, entendo o território como um dos fatores mais importantes para compreender a circulação e como ela é eivada de subjetividade. O território aqui é aquele circunscrito ao local onde ocorre a violência – pouco iluminado, sem policiamento, com terrenos baldios –, mas não só. É também o modo como ele é produzido em relação à cidade como um todo. A distância que algumas pessoas precisam percorrer para chegar aos locais de trabalho são definidas a partir de condições objetivas que, no entanto, impactam diretamente para que essas pessoas precisem sair – ou chegar – em casa quando ainda é noite em estado de “pânico”.

O aspecto moral parece definir que espaços mulheres sozinhas podem frequentar e que espaços mulheres, sozinhas ou acompanhadas, são bem-vindas e bem vistas. “Tem lugar também que mulher não frequenta à noite, mas homem já frequenta mais

tranquilamente, apesar da violência”. Essa diferenciação parece ser notada mais cedo para meninas que têm irmãos:

Dentro de casa já começa. Eu era a única menina dentro de quatro meninos. Meu irmão mais velho era treinador de futebol, eu não poderia ir pra beira do campo, campo de vila. Porque lá não é lugar de menina. Estádio do Corinthians tá beleza, mas campo de comunidade, mulher não pode chegar perto.

No entanto, o fator moral atua mais no sentido de causar um constrangimento do que uma proibição de fato:

E nós mulheres, a gente também fica deslocada no meio de um monte de homem. Por experiência própria, quando eu fui, é como se tivesse todos me olhando, sou a única mulher dali no meio de tantos homens. Então, a gente fica constrangida, desencaixada.

Não é que não pode, mas não é aconselhável. Ou seja, melhor não ir.

5. Outras moralidades em jogo: a dimensão do insulto

Nas seções três e quatro, a partir das experiências e pontos de vistas das mulheres periféricas sobre circulação no espaço público, procurei mobilizar aquelas práticas assediadas que podem ser enquadradas na produção discursiva do assédio-hashtag, ainda que não fossem por elas nomeadas como assédio. Contudo, privilegiei suas especificidades, de modo a evidenciar muitas vezes como as práticas assediadas são atravessadas e estruturadas por particularidades do território, articulando relações de proximidade e distância entre os sujeitos. Nesta seção, apresentarei outras práticas citadas pelas pessoas com quem conversei e entrevistei que, a meu ver, não são enquadradas pelo discurso *hashtag*. Porém, do meu ponto de vista, são de grande relevância, pois situam-se no bojo mais amplo de deslocamentos socioespaciais e, como argumento, podem ser classificadas como práticas assediadas, uma vez que articulam a sexualidade na interpelação. Procurarei mostrar que a diferença está na mobilização de uma sexualidade negativa, cujo intuito não é enaltecer o corpo interpelado.

Em várias conversas informais, ou mesmo naquela conversa coletiva feita na universidade, há mulheres que demonstram não se identificar necessariamente com “esse papo de fiu-fiu”. É como se algo não lhes dissesse respeito. Quando perguntei a uma mulher que se auto classifica como negra sobre como era para ela andar na rua e lidar com os elogios frequentes dos homens, a resposta que obtive foi: “*mulher negra não é assediada*”. Em outro momento, uma amiga que sabe que estou pesquisando o tema “assédio” no mestrado veio me contar que lembrou de mim um dia desses: “*nossa, voltei*

a ser assediada! Eu nem lembrava mais como era isso. É, agora que emagreci”. Ela havia feito uma cirurgia bariátrica. “...bem, eu continuo me vendo como gorda, mas algo mudou. Penso que entrei em um padrão de gorda aceitável”.

Na conversa coletiva realizada na universidade, o aluno que já havia feito diversas intervenções ríspidas, em certo momento resolveu participar tirando uma dúvida. Para isso, contou uma história:

Outro dia eu tava no ônibus, o motorista olhou a mulher e parou fora do farol. A mulher atravessou a avenida. O farol abriu, o motorista andou. Outra mulher na avenida deu sinal. O motorista parou, abriu a porta. Que não poderia, porque estava fora do ponto. Agora vem uma enxurrada de dúvida. Se fosse um homem dando sinal ali no lugar da mulher? (...) Então isso é uma violência que beneficiou a mulher?

Eu então perguntei a ele por que ele achava que o motorista havia parado para a mulher. Ele então me respondeu: “Posso ser sincero e grosso? Porque a mulher era bonita e ele parou. Se fosse uma mulher que não fosse bonita aos olhos dele, ele não abriria”. O estudante não nomeia a prática descrita acima como “assédio”, mas como “violência que beneficiou a mulher”. É impossível sabermos por que o motorista parou duas vezes o ônibus em local indevido, favorecendo duas mulheres. Ele pode ser uma pessoa gentil e pode ser que ele fizesse isso para quaisquer pessoas, homens inclusive. Apesar de não nomear, o sentido mobilizado por ele é, do meu ponto de vista, de uma prática assediante. Meu ponto de interesse nessa história é que, nesse sentido, segundo o rapaz, somente “mulheres bonitas” seriam assediadas, ou seriam alvo de determinada “violência” que as “favorece”.

Minha hipótese é de que não são todas as mulheres (com acesso ou não a essas campanhas) que veem o “assédio” do tipo *fiu-fiu* como uma questão em suas vidas. Seja porque aprenderam a produzirem seus corpos para serem vistos ou porque “não se abalam”. Mas, principalmente, porque não são assediadas. Pelo menos não com a mesma frequência daquelas mulheres-personagens dos documentários. Suponho que o “assédio” é sim uma questão de gênero e envolve relações de poder desiguais. No entanto, ele é mediado pelo corpo, incide sobre ele e se direciona a ele. Nesse sentido, articula dimensão da violência pela noção do consentimento e por outro lado, a dimensão do sexo e do desejo. Será que basta ser mulher para ser assediada? Para receber inúmeros *fiu-fius* em um dia a ponto de pensar tanto sobre isso? A partir dos depoimentos citados anteriormente, compreendo que

alguns corpos podem ser considerados menos desejáveis que outros. Esta seção serve justamente para colocar outras moralidades em jogo.

Desmembrando a ideia de que o problema do *fiu-fiu* é a repetição da interpelação que cerceia a circulação livre no espaço público, questiono se esses corpos supostamente menos desejáveis, não assediados ou assediados com menor frequência, são realmente invisíveis e, portanto, conseguem circular livremente. Além dos “abusos”, “incômodos” e “desrespeitos” que podem ser perfeitamente associados às práticas que o termo “assédio” enquadra, as interlocutoras trazem, na mesma conversa e dentro do mesmo assunto, outras práticas também nomeadas por elas como “abusos”, “incômodos” e “desrespeito”. Essas últimas práticas, a princípio, nada têm a ver com a categoria, tal como ela vem sendo produzida e reivindicada. Neste ponto, trago para meu argumento outras interpelações, que não estão enquadradas pela gramática moral do *assédio-hashtag*, mas que aparecem nos discursos de *outras mulheres*, importunam suas vidas e produzem subjetividades.

Corpos e formas: a dimensão dos corpos (in)desejáveis

“Eu sempre fui uma pessoa ativa, gostava muito de praticar esportes. Várias vezes *escutei coisas horríveis* sobre ser gorda e estar andando de bicicleta”.
(Anotação do caderno de campo)

Compreendo que a dimensão deixada de fora no discurso do *assédio-hashtag* é aquela que aparece no excerto citado acima: as “coisas horríveis” que não vão no mesmo sentido de outros termos tão horríveis e pejorativos quanto, porém manifestam desejo. Algumas práticas, que podem ser chamadas de injúria racial, gordofobia, ou simplesmente injúria também não incidem sobre o corpo e sobre o sexo?

Dessa maneira, nesta parte do texto irei trazer partes de depoimentos que articulam – de maneira ainda muito modesta – meu argumento acerca do *insulto* e seu impacto na subjetividade das mulheres.

Luis Roberto Cardoso de Oliveira, no artigo “Existe violência sem agressão moral?”, Oliveira (2008) nos conta que o fenômeno da violência pode ser desmembrado em agressão moral e agressão física e que há uma precedência conceitual da primeira dimensão para a apreendermos o fenômeno. Ao separar analiticamente essas dimensões, ocorre a inversão do par de oposição sendo a dimensão simbólica de maior objetividade e a dimensão material mais abstrata. A partir do debate em torno da relação entre direitos, insultos e cidadania por meio da observação de eventos que, segundo ele, não são

enquadrados de maneira adequada pelo Judiciário na linguagem dos direitos, Oliveira desenvolve a ideia de *insulto moral*.

Trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não podem ser adequadamente traduzidas em evidências materiais; e sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro (Oliveira, 2008, p. 136).

A ideia compreende a noção de ausência de reconhecimento à *pessoa, desrespeito*. Emerge em atitudes sociais que operam entre o par de oposição de *consideração/desconsideração*. Por último, mobiliza a ideia maussiana de reciprocidade. Segundo Oliveira, a imaterialidade do insulto moral o torna invisibilizado em disputas mediadas pelo direito positivo, tornando inviável sua reparação. Tendo como base principalmente as noções imaterialidade e do não reconhecimento da identidade, compreendo que o “assédio” configura um tipo de insulto moral que tem sido politizado na linguagem dos direitos do indivíduo.

Em sua análise, Oliveira opõe a ideia de indivíduo, cujos direitos universalizáveis devem ser respeitados ao cidadão, com uma identidade singular, cujo tratamento é mediado pela consideração. O conceito de reciprocidade, em virtude de um elo social, aparece justamente em contraposição aos interesses individuais. Nessa leitura, o autor condiciona à noção de dignidade o reconhecimento, o qual seria “uma outra face do *hau*”. Apesar de evocar aqui uma categoria genérica de “assédio” para identificá-la como insulto moral, compreendo que há uma oscilação de “atos ou eventos” que são tratados na linguagem do indivíduo e outros que privilegiam a reciprocidade e o elo social.

De outro modo, empresto a noção de insulto moral desenvolvida por Oliveira para tratar de “atos ou eventos” que configuram, a meu ver, um tipo específico de “assédio”. Assim, utilizo “insulto” também num sentido mais próximo à “xingamento”. Longe de dizer que “assédios” do tipo “*e aí gostosa!*”, “*ô lá em casa!*”, “*que coisa linda*”, não podem ser significados como depreciação, desvalorização da identidade, que não podem ferir a dignidade da *pessoa* e significar um dano moral, quero diferenciar analiticamente esse tipo daquele que diz “*vai baranga!*”, “*vai pentear o cabelo, macaca!*”, “*gorda assim, vai quebrar a minha cama*”.

Daniel Schroeter Simião (2006), escreve sobre o que chamou de “a invenção da violência doméstica em Timor Leste” também destacando a anteposição da dimensão simbólico-moral da violência. Simião chama de “invenção” justamente porque o

significado de violência foi produzido em práticas que antes eram tomadas pela dor física. Em contraposição, outras práticas que são percebidas localmente como violência – porque produzem o dano moral do insulto – não são enquadradas na categoria violência doméstica e no discurso dos direitos humanos porque não produzem dor física. Em certo sentido, identifico que alguns “atos e eventos” não são enquadrados na categoria “assédio” pelo discurso *hashtag* porque, supostamente, não mobilizam o componente do desejo.

A abordagem circunda a nomeação e vocalização de formas corporais que são trazidas à tona por essas práticas assediadas de modo pejorativo. Por sua vez, a utilização do termo “pejorativo” é mobilizada para se contrapor justamente àquelas outras práticas assediadas enquadradas pelo “assédio” do tipo *fiu-fiu* que, a meu ver, buscam supostamente enaltecer determinado corpo ou determinada performatividade, mesmo que à custa de uma objetificação, a qual não é minha intenção diminuir.

Contudo, meu argumento é de que algumas formas corporais se localizam liminarmente. Ora, ainda que com o intuito de elogiar, são sexualizadas de um modo mais escrachado – diferente daquele que situa a mulher como frágil, tratando-a sempre no diminutivo. Noutro momento, a mesma característica pode ser mobilizada para desqualificar o corpo e sua sexualidade. Pode, ainda, haver diferentes corpos nomeados e (des) qualificados de modos distintos, a depender de quem o interpela e onde o interpela. Por exemplo, Renata justificou a sua sensação de segurança no *shopping center* por nunca ter passado por uma experiência de “assédio” naquele tipo de local, no entanto, ponderou:

Eu nunca fui, mas tem mulheres bonitas que vão no shopping, vão com roupa curta e o homem se sente no direito de mexer, de chamar de gostosa, porque ela tá de roupa curta. E ela pode andar do jeito que ela quiser, ela não precisa se ponderar porque o homem vai faltar com respeito com ela.

Para ela, parece haver um tipo de espaço por onde circulam pessoas que não a veem como bonita, conseqüentemente seu corpo não é visto como alvo. Nesses espaços, outros corpos são vistos como bonitos e podem ser alvo. Embora Renata não evidencie se essa mudança de tratamento diz respeito a sua forma corporal atual ou a um tipo de *estilo* de classe, considero relevante retermos novamente a noção de que as práticas assediadas se estabelecem em relação, a qual pode ser mediada pelo território.

Em sua análise sobre o mercado dos afetos e sociabilidade em São Paulo, Júlio Assis Simões (2010) argumenta que as diferenças que se constituem como marcas sociais atuam na construção de hierarquias e discriminação, produzindo sujeitos (in)desejáveis. A partir de um olhar pelo qual se sobressai a dimensão estética, Simões (2010) demonstra

que os sujeitos agenciam essas diferenças, ora para destaque, ora para encobrir atributos de prestígio na produção de apresentações corporais.

(...) pertencimentos em termos de cor/raça, gênero e sexualidade, mesmo informando uma escala de prestígio e desigualdade, mostram-se também instáveis, contingentes e situacionais. Ao que parece, estamos num terreno de múltiplas retóricas classificatórias, múltiplas negociações e múltiplos antagonismos (Simões, 2010, p. 74).

Como vimos no caso da Bela Vista, bairro de classe média e classe média alta, o espaço pode ser racializado e talvez propiciar uma experiência racializadora, de preconceito ou exclusão. No caso do bairro de Renata, onde ela diz ser respeitada, porém pondera que outras mulheres talvez não sejam, ou no caso do shopping, pode haver um tipo de racilização *positiva*, que exclui Renata de uma interpelação considerada por ela como desagradável. Seja pelo “respeito” e *consideração* ou por não a verem como um corpo atraente.

Em outro momento, Renata explica que a frequência com que é alvo de interpelação mudou, à medida que seu corpo se modificou: “eu era mais (interpelada), é que agora eu engordei, então já não sofro tanto assim. Mas quando eu tava separada, minha amiga do céu!” – Ela havia emagrecido durante a separação. Para além do território e dos sujeitos que (des) respeitam ou (des) consideram determinado corpo, do modo como Renata diz, parece haver uma forma corporal que não é passível de ser sexualizada – pelo menos não com frequência – e, portanto, interpelada. O depoimento de Renata me lembrou a conversa com minha amiga, que disse estar sendo assediada agora que “entrou para um padrão de gorda aceitável”.

Elaine, foi entrevistada no período da tarde, no último andar do edifício em que trabalha, de onde era possível ver sua casa, localizada na periferia da zona sul de São Paulo. Elaine tem 30 anos, aproximadamente 1,70 de altura, é uma mulher gorda, de quadris largos. Seus cabelos são pretos, curtos e crespos. Usa aparelho nos dentes, que ficam bem amostra quando sorri. Sua pele é preta bem escura. Quando perguntei se ela era muito assediada, me deu a seguinte resposta: "demais. Demais. Eu tenho (histórias) coisas horríveis, assim. Você já pode imaginar". Para exemplificar as “coisas horríveis”, contou-me que havia uma semana um homem branco a tinha interpelado no ônibus com a seguinte frase: “Vai pentear esse cabelo, macaca!”. No instante seguinte, o mesmo homem disse: “Se bem que olha o tamanho dessa bunda...”.

Para conferir-me o aporte à problematização dos estereótipos comuns atribuídos às mulheres negras de pele clara ou escura, mobilizo a tese de Moutinho (2004), com especial atenção para as seções em que a autora persegue as concepções de mestiçagem e a construção social do desejo erótico inter-racial na historiografia e na literatura brasileiras. A autora demonstra que a percepção de “boa nação” na historiografia dependia de um arranjo entre a concepção de raça, a hierarquia entre os sexos e os valores atribuídos aos polos raciais na mistura. Sua análise perturba os estereótipos engendrados pelo casal formador da nação, o homem branco e a mulher negra ou “mulata”, demonstrando variações contextuais influenciadas pela articulação de outras categorias. Gênero, nacionalidade, raça e classe estruturam o mercado do desejo e dos afetos, porém operam de maneira dinâmica e ora um se sobrepõe ao outro a depender do contexto e dos valores atribuídos. Nesse sentido, pensar o “assédio” específico a mulheres negras implica pensar nos diversos (des)valores contextuais que foram atribuídos aos corpos negros e como esse desejo é acionado.

O relato a seguir me foi concedido por Letícia, ao contar-me sobre uma viagem de férias. Tal relato motivou que posteriormente sua prima Luíza se tornasse uma das interlocutoras das quais fiz acompanhamento de seu trajeto cotidiano.

Letícia, 26 anos, paulistana, moradora da periferia da zona sul de São Paulo, no bairro de Parelheiros “desde sempre”. De estatura média, seu corpo não era muito magro, tão pouco era gordo. Seus cabelos eram longos e enrolados, na cor castanha, assim como seus olhos. A cor de sua pele recebia inúmeras nomeações, na maioria das vezes elogiosas, porém quase sempre indefinidas. As mais recorrentes eram: “bonita” e “diferente”. Moradora do bairro Jardim Miriam, localizado na periferia da zona sul de São Paulo, Luíza tinha a mesma cor e a mesma estatura que Letícia. Era um pouco mais magra que ela, seus cabelos castanhos eram curtos na altura dos ombros, encaracolados e mais crespos.

No ano de 2014, por volta de uma da tarde de um dia ensolarado na cidade de João Pessoa. Letícia, na ocasião com 25 anos, estava de férias. Caminhava olhando vitrines em um bairro turístico de classe média, quando um carro grande e bonito que passava na rua baixou os vidros. Lá dentro, um homem branco de cabelos grisalhos começou a olhar para ela. Ela continuou olhando as vitrines mais à frente e o carro foi andando seguindo a velocidade dela. O homem então começou a chamá-la e fazer sinal para que ela viesse para o carro. A mãe de Letícia caminhava um pouco atrás, olhando outras vitrines e se

aproximou quando o carro desistiu e foi embora. Ela perguntou para Letícia se ela notou o que havia acontecido. Letícia fez sinal querendo dizer que sim e as duas não falaram mais sobre o assunto.

Ao final daquela semana, Letícia seguiu para a cidade de Natal, ao encontro de sua prima Luíza, também de férias. As duas perguntaram no hotel em que estavam hospedadas sobre lugares para se divertir à noite. Um barzinho, um lugar para dançar. Foram advertidas de que a cidade era perigosa e que não deveriam se distanciar dos bairros turísticos. Pegaram um táxi para uma área repleta de barzinhos, de onde era possível ir caminhando para uma discoteca. Escolheram um barzinho charmoso a céu aberto e se sentaram numa das mesas. O garçom trouxe o cardápio e elas escolheram as bebidas. Junto com as bebidas o garçom trazia um recado escrito num guardanapo. Antes de entregar o recado, ele decidiu fazer uma pergunta: *“Vocês não são garotas de programa, certo?”*. As meninas se olharam, confusas com a situação e nervosas disseram que não. O garçom calmamente explicou, guardando o guardanapo no bolso do avental: *“Aqueles dois rapazes pediram para convidar vocês para se sentarem com eles. Me desculpem, mas se vocês não quiserem passar por isso a todo momento, é melhor vocês procurarem outro lugar para ir”*. As meninas de novo se olharam e procuravam entender o que acontecia. O garçom estava mandando elas irem embora? O garçom então continuou: *“Aqui é um bairro turístico e nas imediações ficam muitas garotas de programa”*. Rodeou, rodeou, até fazer um gesto passando as mãos frente o rosto e dizer que o problema era a aparência das meninas: *“Sabe, vocês são muito parecidas com as garotas de programa daqui. É melhor vocês irem”*. As duas se olharam e, sem dizer, entenderam que precisavam sair logo dali. Pediram a conta, não terminaram de tomar as caipirinhas. Saíram do barzinho charmoso ainda com fome. Decidiram que não queriam mais dançar, nem comer, nem nada. Chamaram outro táxi e foram embora com raiva dos homens que mandaram o recado, do garçom, do barzinho, do bairro, de Natal. No táxi falaram algo sobre aquele absurdo, que elas chamaram de racismo.

Embora tenham chamado de racismo o que houve em Natal, aquela experiência não foi significada por Letícia como racializadora, não naquele momento. Para ela, tratava-se de algo desagradável e absurdo, mas pontual e sem qualquer ligação com ocorrido em João Pessoa dias antes. Letícia contou-me que não teve oportunidade de conversar de maneira profunda com Luíza para saber que sentidos ela atribuiu e atribui àquela experiência, se foi algo que marcou ou não sua vida. Parece-me relevante que uma mulher sozinha como Letícia possa ser classificada como garota de programa. Ao mesmo tempo, as duas juntas

contribuíram para uma associação direta à prostituição. Não é só o fato de estar sozinha, elas articularam elementos muitos próximos e específicos de cor e de corpo que, naquele contexto, foram mobilizados para enquadrá-las em um estereótipo de sexualidade.

O relato descrito acima expõe apenas uma das sete vezes em que Letícia foi identificada como garota de programa em territórios racializadores.

Nesse sentido, penso ser necessário transgredir estereótipos e situar as relações em terrenos mais ambíguos e incertos. Assim, à despeito das narrativas de hiperssexualização do corpo da mulher negra, que poderiam levar a uma primeira ideia de que esse corpo é menos valorizado e por isso mais “assediado”, proponho um passo atrás: existe “assédio” a esse corpo? Não se trata de uma tentativa de responder se esse corpo é mais ou menos “assediado”, mas sim investigar que *assédios* são esses e como são classificados pelos sujeitos da experiência. Ou ainda, que experiências de (não)*assédio* tem esses corpos? Que outras práticas podem ser experienciadas pelos corpos femininos negros em trânsito, considerados também *abusivos* por elas e que não são trazidos pelo debate em questão?

6. Machismo, cultura e outras relações de gênero

Nesta seção irei trazer outro aspecto que pode se relacionar àquela mesma dimensão do sexo/desejo que (des) qualifica ou (des) prestigia o corpo, porém não do ponto de vista de sua forma física, mas do ponto de vista moral. Segundo Renata, a frequente interpelação que sofria durante o tempo em que ficou separada do marido ocorreu porque seu corpo estava mais magro. Porém, em diversas vezes na entrevista ela também demonstrou como ela era “vista diferente” por ser uma mulher separada: “você tá separada, então acham que você vai...”. As noções sobre a mulher separada aparecem de modo ambivalente na narrativa dela, pois ao mesmo tempo que figura como disponível para os homens, é considerada como ameaça pelas mulheres: “ah, tá solteira agora, agora vai querer pegar todos os homens”. De todo modo, seja do ponto de vista de certa passividade ou o contrário, sua sexualidade parece liminar e perigosa.

Na conversa coletiva, ao trazerem narrativas de “incômodos”, “importunações” e “abusos” decorrentes da circulação no espaço público atravessada pela diferença entre homens e mulheres, elas trouxeram o que, no primeiro momento identifiquei como outras relações de gênero abusivas, mas entre mulheres.

E eu percebo sim porque eu estou sozinha, então não são todas as festas que eu sou convidada pra ir... então as vezes minhas filhas são convidadas pra ir

sozinha na festa, a mãe não vai porque a mãe é solteira... largada do marido, então... Algumas mulheres nem conversam comigo, não querem ser minhas amigas porque eu posso... né... significar algum risco. Então, elas até conversam comigo ali, tal, quando tãõ com as crianças, mas quando elas tãõ com o marido elas não me conhecem.

Essa percepção surgiu em mais de uma fala durante a conversa coletiva, assim como na entrevista de Renata, feita individualmente. Foi muito marcante para mim este momento da conversa coletiva, pois o depoimento acima foi muito emotivo e abriu caminho para que diversas mulheres partilhassem experiências semelhantes em que a mulher sozinha, separada, mãe solteira, viúva é vista como possível ameaça de “assédio” para os maridos de outras mulheres casadas.

Muitas mulheres daquela igreja não falam mais comigo hoje. Meu vínculo foi quebrado totalmente, eu tive que me reconstruir de janeiro pra cá, depois que eu me separei. (...) Porque assim, começou a discriminar. "Ah, agora ela tá separada, ela pode dar em cima do meu marido". Teve uma que falou assim "eu não confio se o meu marido te der uma carona, antes você era casada, agora não". Entendeu? Então tem essa discriminação.

Os depoimentos demonstram como a mulher recém separada ou solteira é a personagem perigosa que pode assediar maridos e desconstituir família.

Eu perdi tudo. E o perder tudo é complicado. Quando você perde tudo, você não sabe viver. Perder filho, família, amigos, pessoas que cresceu com você, 28 anos de amizade, 28 anos de uma igreja... de repente chega no domingo, pra onde você vai? Você não tem mais aquela igreja pra você ir. Você não tem mais aquele povo. O povo olha pra você, atravessa até a rua. (...)?". Isso é violência. E a violência, me desculpa... a gente tá falando de violência entre homem e mulher, mas se a gente for fazer, levantar uma pesquisa, a maior não é entre homem e mulher não. É entre mulher e mulher, porque elas são muito agressivas e elas são violentas de destruir, elas destroem totalmente a nossa vida. Nós nos destruímos, né? Pelo menos eu penso assim, eu vivi o que a [nome da outra estudante] viveu e doeu demais.

Esses e outros depoimentos invadiram totalmente meu tema e ainda estou buscando chaves interpretativas para organizá-los – talvez seja possível pensar algo em torno da ideia de *insulto moral* que incide sobre o corpo e sobre a sexualidade, produzindo sujeitos por

meio da agressão moral, porém, de modo a situar esses corpos na posição de ameaça. Considero que são repletos de sentidos de uma vivência periférica, de corpos marginalizados, que têm seu círculo social principalmente restrito às igrejas, mas não só. Todas essas mulheres eram pretas ou pardas e gordas.

Ao ouvir o áudio das conversas para transcrição, notei que, na verdade, quando eu pergunto sobre circulação no espaço público atravessada pelas diferenças de gênero, elas me respondem sobre o assédio, ressaltam seu caráter naturalizado, etc., porém, de modo a trazê-lo no bojo de uma cultura mais ampla. Na verdade, elas estão o tempo todo me falando sobre o machismo e como ele as desvaloriza em todos os âmbitos da vida social.

Para além disso, é essa identificação que as permite se auto nomear ora como vítimas e, ao mesmo tempo, reconhecer os contextos em que também são perpetradoras dessa cultura de violência. A “rivalidade” entre elas e a “falta de união” foi identificada algumas vezes, ao que as demais sempre demonstravam concordar:

(...) porque a gente vive tanto na rivalidade. "Ai ela tá magra demais, ela tá bonita demais, ela tá bem vestida demais, ela tá gorda demais. Ah, ela arrumou um namorado, eu não arrumei". Vive nessa rivalidade. Se a gente fosse unida, eu acredito que essa cultura já tinha mudado.

(...) porque as mulheres se violentam também entre si e são piores do que um homem violentando uma mulher. Bem pior. Porque a mulher que é vizinha de uma mulher solteira, Deus me livre dessa mulher precisar de alguma coisa e de repente pedir pro filho ou pro marido daquela mulher! "ah lá, vagabunda não tem marido, tá atrás do meu!" É assim e aí, isso é violência (pausa) que dói tanto quanto um homem sendo violento com uma mulher. É isso.

Os contextos de violência privilegiados nas narrativas sobre as relações mulher-mulher trazem principalmente o julgamento moral. Interessa-me expor minha confusão inicial dada porque as práticas assediadas e essas outras eram tratadas por elas dentro do mesmo assunto. Ou seja, o que estava sendo chamado na frase anterior de “abuso”, passou a ser chamado de “preconceito”. “Mas o preconceito não é só o homem que gera em torno da mulher. A própria mulher gera em torno dela mesma e das outras, esse tal preconceito”. Parece o mesmo assunto porque é. Então, quando eu pergunto sobre circulação e sobre elas, sobre a experiência delas, elas falam sobre machismo, sobre uma cultura do abuso e da violência, que é reproduzida inclusive por elas mesmas. Nas falas citadas acima, as

quais foram ditas em tom emotivo, destaco a capacidade de ambos – homens e mulheres – em causar dor por meio do julgamento moral, “abuso” que permeou todas as conversas e que, muitas vezes, se sobressaiu às queixas do tipo *assédio-hashtag* no que diz respeito ao significado de violência.

7. Outros atravessamentos cotidianos

Joana reside em uma casa na Vila Clara, bairro localizado na periferia da zona sul de São Paulo, pertencente ao distrito Jabaquara. Joana reside com seu marido e sua filha de três anos. A casa de Joana é um sobrado, sendo que no térreo há apenas a garagem, para acessar sua casa é preciso subir uma escada lateral feita de concreto e sem piso. Após o primeiro lance de escadas, chega-se a uma pequena área feita de quintal, para onde dá a porta da cozinha. Sua casa tem três cômodos, quarto e cozinha e um banheiro interno. Subindo mais um lance de escada dentro do quintal, chega-se a outra casa de dois cômodos não terminada e ao lado, outra casa de dois cômodos, onde reside Michele – irmã de Joana – com seus dois filhos. Outro lance de escadas acima e chega-se à última casa do quintal, onde mora Alisson, irmão de Joana e Michele. A última casa possui sala, cozinha, três quartos e um banheiro localizado na área de serviço. É nessa casa em que ficam os pais dos três irmãos quando vêm pra São Paulo. Eles moram há vinte anos em São Francisco, cidade localizada no norte de Minas Gerais, há 23 horas de viagem de ônibus. No piso mais alto, área em todos os moradores do quintal estendem suas roupas, há uma bonita vista para as “quebradas” da região, alcançando o horizonte até a favela da “Caixa d’água”.

Joana é técnica de enfermagem e estava sem trabalhar fora desde que engravidou. Agora que está mais “grandinha”, sua filha está na creche e ela pôde voltar a trabalhar. Para ela tem sido ótimo, pois além de precisar do dinheiro “é bom sair de casa”. Eu a acompanhei em seu trajeto de casa para seu trabalho, no bairro de Santana, zona norte da cidade.

No bairro em que vive, são inúmeras as ladeiras e escadões, por conta dos muitos morros. Saindo de carro da av. Engenheiro Armando Arruda Pereira, é preciso dar uma volta passando pelo “postinho”, pela CEI e pela rua da “favelinha”, único caminho de acesso para a rua onde mora minha interlocutora. Já para sair a pé de sua casa e chegar ao ponto de ônibus para ir ao trabalho, é possível “cortar caminho” pelo “escadão”, a 40 metros de sua casa. Muito diferente da rua sem saída onde vive Joana, a única rua que dá acesso a ela traz consigo outra dinâmica de moradia e de convivência. Lado a lado ao

córrego está uma favela pequena, com alguns becos e com tráfico de drogas. O “movimento” na rua se mistura com o corre-corre das crianças, que são indiferentes aos carros tanto quanto os adultos, que fazem da rua um espaço de deslocamento, convivência e lazer. A favela está apenas no lado debaixo da rua, do outro, estão casas comuns de periferia. Do mesmo lado da favela está a igreja evangélica “Deus é amor” e do outro lado, em uma parte alta em que para chegar é preciso subir uma escadaria, está uma igreja católica. Logo quando se chega a essa rua, quando se dobra a esquina em frente à CEI é possível notar uma dinâmica diferente do espaço, também nota-se algumas coisas jogadas no chão, entre objetos que parecem ter sido dispensados pelos moradores e brinquedos das crianças. Nos muros há pixações de jovens que moram na região, desenhos dos vários times de várzea, desenhos com a temática da copa do mundo de futebol. Logo no começo da rua, em frente à igreja “Deus é amor”, chama atenção um desenho grande feito em verde e amarelo em um muro branco. Ali estão desenhadas inúmeras casinhas amontoadas com os dizeres “A favela pede paz”. Depois da escada que leva ao córrego, a rua da “favelinha”, como é chamada pela minha interlocutora, faz a curva e então você parece estar em outro espaço. Mudam as casas e a dinâmica de convivência e uso da rua. Não se engane, você ainda está na periferia, mas não está mais num espaço de favela. Mesmo que as pessoas que não residem na favela, como minha interlocutora, se orgulhem em se distinguir daquele espaço e daquelas pessoas “mal educadas”, elas parecem fazer isso apenas quando generalizam a favela e seus moradores como um todo. Na verdade, são muitos os conhecidos, colegas e amigos da rua de baixo.

Em frente à última casa da rua sem saída onde reside minha interlocutora, há uma “pracinha”, com uma pequena quadra e uma cesta de basquete, a qual eu nunca vi ser utilizada para prática de esporte. Do lado direito da praça, está o escadão. Ainda não contei os degraus, mas são absurdamente altos e para mim, é um tremendo sacrifício subir. Por ali você corta um grande caminho para chegar ao ponto de ônibus e à Av. Engenheiro Armando Arruda Pereira. Pelo escadão, também não é preciso passar na “favelinha”. À noite, o escadão é iluminado, sendo que de um lado está um muro e do outro há portões de algumas casas, as quais o acesso só pode ser feito pelo escadão.

Quando saímos juntas para ir ao trabalho de Joana, o escadão foi primeiro assunto, já que ele é avistado poucos passos depois de sair de casa. Mais para frente, ele se mostrou também um personagem, ora pouco, ora muito importante na vida de Joana e da família. Talvez por estar com alguém de fora, “que não está acostumada”, lhe pareça óbvio

comentar sobre o que possivelmente a outra pessoa está pensando: “um suplício subir esse escadão”. Naquele dia, ela me disse que acha que deveria evitá-lo, que já conversou com seu marido sobre saírem mais cedo para dar a volta pelo caminho mais longo. No entanto, ele considera muito trabalhoso e desnecessário. Ela mesma se conforma que o tempo é sempre curto e nunca consegue sair com a antecedência que seria necessária. Há um outro escadão saindo da rua de baixo e que me parece menos assustador, porém seria preciso andar um pouco mais, tanto para chegar até ele, como depois de subi-lo. Perguntei por que ela não vai por aquele caminho e ela me diz que de qualquer jeito são escadas. Argumentei que os degraus de lá pelo menos são mais baixos. Ela concordou, “é verdade, mas eu tenho pavor de subir aquela rampa depois”. O escadão ao lado de sua casa a deixa já numa parte alta da ladeira, quase ao final, enquanto o outro a deixa numa parte mais baixa, sendo necessário subir a ladeira que ela chamou de “rampa”. Noutro dia a encontrei descendo o escadão com sua filha que havia acabado de completar três anos no colo. A vi descendo desde lá de cima, com os pés em diagonal e com aparente agilidade. No último terço da descida, onde os degraus se tornam um pouco mais baixos, colocou a menina no chão para descer sozinha, segurando-a pela mão. Comentei sobre a dificuldade e ela me respondeu orgulhosa, “que nada! Tô acostumada”.

As meninas não têm carro, por isso quando o irmão vai ao mercado, está indo ou voltando do metrô, é comum articularem uma carona, que também ajuda evitar de descer ou subir “aquele escadão”. Quando se vem da rua, descendo pelo escadão, subir direto até a última casa exige fôlego. Segundo dona Áurea, mãe da minha interlocutora, o motivo principal por ter construído sua “casinha” em Minas foi “essas escadas”, referindo-se às escadas de sua casa e, especialmente, ao escadão. Segundo ela, o escadão é um grande responsável por seus “problemas da velhice” hoje serem tão graves. Ela sente fortes dores nos joelhos e, ironicamente, precisa vir para São Paulo para se tratar no SUS. Cada vez a viagem torna-se mais cansativa e estar em casa é o mesmo que estar ilhada, já que não pode sair por conta das escadas. Ela diz que tem vontade de voltar para perto dos filhos, mas só volta no dia em que “arrumarem uma casa perto da avenida”, ou seja, onde não seja preciso passar pelo escadão. Joana diz que, assim como a mãe, já sente dores no joelho e Dona Áurea a alerta para ter cuidado com o escadão, antes que seus problemas se tornem graves como os dela.

Nesta última seção busquei trazer aspectos que permeiam os deslocamentos de Joana e que refletem sobre uma temporalidade cotidianos ainda mais repetitiva. Dentro da

descrição desse deslocamento mais amplo – em que o “assédio” esteve ausente – emergiram outros atravessamentos que produzem gênero, corpo e articula narrativas raciais e do território, além de modos de circular e não circular atrelados a condições materiais, de trabalho e a relações de família.

Bibliografia

- ALMEIDA, Heloísa Buarque. Novos feminismos e a luta pelos direitos das mulheres.
In: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2016/Novos-feminismos-e-a-luta-pelos-direitos-das-mulheres>.
- ALMEIDA, Heloísa Buarque. ‘#MeToo defende chance de escolha, e não puritanismo’, afirma esta pesquisadora.
In: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/15/%E2%80%98MeToo-defende-chance-de-escolha-e-n%C3%A3o-puritanismo%E2%80%99-afirma-esta-pesquisadora>
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu, Campinas: Unicamp, n. 26, p. 329-376, 2006.
- MOUTINHO, Laura. Razão, cor e desejo. São Paulo, Editora da Unesp, 2004.
- _____, Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. Cadernos Pagu n.42, janeiro-junho de 2014.
- OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso. Existe violência sem agressão moral? In: Revista Brasileira de ciências Sociais, vol. 23 n. 67 junho/2008.
- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. Proj. História, n. 16, São Paulo, 1998.
- SIMIÃO, Daniel Schroeter. Representando corpo e violência. A invenção da “violência doméstica” em Timor Leste. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 21. Nº 61. Junho/2006.
- SIMÕES, Júlio Assis. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. Cadernos Pagu, n.35, p. 37-78, 2010.